

Arrendamento fictício nos Açores é dos mais altos do país

As despesas com arrendamento fictício nos Açores atingem um dos valores mais altos do país (27,1%), seguindo-se nas despesas das famílias os produtos alimentares.

Segundo revela o INE, no Inquérito às Despesas das Famílias, analisando as classes de despesa da divisão 04 (Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis), e para além da componente relativa às rendas subjetivas (27,4% da despesa média total) anteriormente referida, as rendas efetivas, que correspondem aos valores reportados pelos arrendatários, registavam uma despesa de 818 euros, ou seja, 3,4% da despesa média das famílias.

Esta componente representava 4,7% da despesa das famílias residentes na Área Metropolitana de Lisboa.

As despesas com eletricidade, gás e outros combustíveis assumiam um peso de 4,9% no total da despesa média por agregado residente no país (1 168 euros).

As despesas em abastecimento de água e serviços diversos relacionados com a habitação perfaziam 2,3% da despesa total (548 euros em média por ano) e as despesas em manutenção, reparação e segurança das habitações correspondiam a 1,3% da despesa total (317 euros em média por ano).

As despesas com serviços de fornecimento de produtos alimentares e bebidas e com a utilização de equipamento de transporte pessoal registavam, respetivamente, 7,8% e 7,5% da despesa média anual das famílias residentes em Portugal.

O primeiro grupo registava um valor relativo mais elevado no Algarve (com 9,9%) e o segundo no Centro (com 8,8%).

Na Região Autónoma dos Açores, o peso das despesas efetuadas em serviços de fornecimento de produtos alimentares e bebidas (4,5%) era bastante inferior à média do país para este tipo de despesas (7,8%).

As despesas com produtos ali-

FIGURA 2.16
Hierarquização dos 10 principais grupos de despesa anual média por agregado segundo a COICOP (2º nível) e por NUTS II, 2022/2023

COICOP	unidade: %							
	Portugal	Norte	Centro	A.M. Lisboa	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira
042 Rendas subjetivas (arrendamento fictício) pela habitação	27,4	24,6	26,8	31,4	22,0	27,3	27,1	28,9
011 Produtos alimentares	12,0	12,9	12,6	10,3	13,9	13,1	12,1	10,8
111 Serviços de fornecimento de produtos alimentares e bebidas	7,8	8,1	7,8	7,4	7,9	9,9	4,5	7,7
072 Utilização de equipamento de transporte pessoal	7,5	8,1	8,8	5,8	8,4	6,8	7,9	8,4
045 Eletricidade, gás e outros combustíveis	4,9	5,3	5,6	3,8	6,0	4,6	5,9	4,9
071 Aquisição de veículos	3,6	3,7	4,0	2,8	4,6	4,4	5,1	3,3
041 Rendas efetivas da habitação	3,4	3,4	1,8	4,7	2,3	4,0	2,3	2,6
121 Seguros	3,2	3,5	3,2	3,2	2,8	2,9	2,4	2,6
083 Serviços de informação e comunicação	3,1	3,0	3,2	3,0	3,6	3,2	4,0	3,4
056 Bens e serviços para a manutenção corrente da habitação	2,7	2,5	2,4	2,9	3,5	1,8	3,0	2,5

FONTE: INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2022/2023.

mentares (excluindo bebidas) constituíam o segundo grupo mais importante, com 12,0% do total das despesas em Portugal, e pesos rela-

tivos entre 10,3% na Área Metropolitana de Lisboa e 13,9% na região do Alentejo, conclui o inquérito do INE.

Aberto concursos para construção de mais de 150 novas habitações

Estão abertos os concursos para a construção de 122 novas habitações, e a reabilitação de duas moradias, nas ilhas de São Miguel, Terceira e São Jorge, às quais acresce a construção de infraestruturas para 33 novas habitações em Ponta Delgada e Vila Franca do Campo.

No total, são 155 novas construções para reforçar a oferta de habitação nas três ilhas.

Em causa, está um investimento superior a 22 milhões de euros, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), correspondendo a mais de um terço do total do investimento previsto, explica a Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego.

52 apartamentos na Ribeira Grande

“Os procedimentos estão lançados e a nossa expectativa, tal como a dos açorianos, é que, de facto, estas obras possam avançar com a maior celeridade possível, respeitando, naturalmente, todas as fases. Neste caso, esta é a fase de os interessados em executar as diferentes intervenções formalizarem a sua candidatura”, enquadra Maria João Carreiro.

De acordo com a titular da pasta da Habitação, o Governo dos Açores “está empenhado a 200% na execução do PRR para a Habitação”.

Para a ilha de São Miguel, no con-



celho da Ribeira Grande, foi lançado o concurso público para a empreitada de construção de 52 apartamentos no Empreendimento de Detrás-os-Mosteiros, com um preço base de 6,7 milhões de euros e um prazo de execução de 420 dias.

12 habitações na Maia

Também para a Ribeira Grande está aberto o concurso para a empreitada de construção de 12 habitações no Aldeamento de São Pedro, na freguesia da Maia, com um preço base de 2,5 ME e prazo de execução de 450

dias, bem como a empreitada de reabilitação total de duas moradias com um preço base de 400 mil euros e um prazo de execução de 240 dias.

15 moradias no Nordeste

Já para o concelho de Nordeste, está a decorrer o concurso público para a empreitada de construção de 15 novas moradias no Loteamento da Achadinha, num investimento máximo de 2,5 milhões de euros e um prazo de execução de 450 dias.

Em relação à ilha Terceira, está aberto o concurso público para a empreita-

da de construção das infraestruturas, construção de 39 habitações e demolições referentes à 3.ª fase de reconversão urbanística e habitacional do Bairro de Nossa Senhora de Fátima, em Santa Cruz, concelho da Praia da Vitória.

Este investimento, que será o culminar de um longo processo de reconversão e há muito aguardado pelas famílias residentes no Bairro de Nossa Senhora de Fátima, tem um preço base de 7,7 milhões de euros e um prazo de execução de 450 dias.

Ribeira das Tainhas

Para a ilha de São Jorge, foi lançado o concurso público para a empreitada de construção de quatro moradias unifamiliares no Loteamento dos Castelotes, freguesia da Urzelina, com um investimento previsto de 810 mil euros e um prazo de execução de 450 dias.

No que respeita à construção de infraestruturas, está a decorrer concurso público para a empreitada no Loteamento da Galega, freguesia da Ribeira das Tainhas, em Vila Franca do Campo, com um preço base de 585 mil euros e prazo de execução de 180 dias.

Também o concurso público para a infraestruturização do Loteamento das Candeias, na freguesia de Fenais da Luz, em Ponta Delgada, está a decorrer, com um preço contratual de 935 mil euros e prazo de execução de 240 dias.